



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2013.0000512135**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0017393-52.2010.8.26.0562, da Comarca de Santos, em que é apelante ANDRÉ LUIZ AIRES (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados MARIMEX DESPACHO TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA, MARCIA APARECIDA DA SILVA e BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS.

**ACORDAM**, em 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente sem voto), ANTONIO NASCIMENTO E RENATO SARTORELLI.

São Paulo, 28 de agosto de 2013.

**J. PAULO CAMARGO MAGANO**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

APELAÇÃO nº 0017393-52.2010.8.26.0562

APELANTE: ANDRÉ LUIZ AIRES

APELADOS: MARIMEX DESPACHO TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA,  
MARCIA APARECIDA DA SILVA E BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE  
SEGUROS

COMARCA: SANTOS

JUIZ DE 1º GRAU: SIMONE CURADO FERREIRA OLIVEIRA

VOTO Nº 1611

Apelação. Ação indenizatória. Acidente de trânsito. Colisão. Conversão à esquerda. Provas documentais e testemunhais que não comprovam ter a motorista realizado a manobra sem as cautelas de praxe. Verossimilhança da alegação da recorrida de que caminhão era conduzido à frente da motocicleta da vítima. Ausência de comprovação da culpa da condutora - preposta da empresa apelada - conforme o preconizado pelo art. 333, I, do CPC. Recurso desprovido.

Trata-se de apelação interposta por **ANDRÉ LUIZ AIRES** em face dos demandados **MARINEX DESPACHO TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA.** e **MÁRCIA APARECIDA DA SILVA** e da denunciada **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**, da sentença de fls. 449/455, cujo relatório se adota, que julgou improcedente pedido formulado demanda indenizatória por acidente de trânsito. Condenado o autor ao pagamento de custas,

despesas processuais e honorários advocatícios fixados, em 10% sobre o valor da causa, ressalvado o disposto no art. 12 da Lei 1.060/50. Condenada a denunciante a pagamento de custas, despesas processuais, e honorários advocatícios, também fixados em 10% sobre o valor da causa.

Fls. 458/460: Interpostos embargos de declaração pelo demandante, os quais foram rejeitados (fls. 463/464).

Interposta apelação (fls. 466/472), em síntese, aduz-se: i. ser fato notório, independente de prova, que a preposta da empresa demandada realizou conversão à esquerda, sentido proibido conforme sinalização; ii. que os danos existentes na motocicleta do apelante referendam o alegado, pois concentrados na parte esquerda do veículo; iii. ter a condutora do automóvel, em depoimento, afirmado que tinha por intenção realizar conversão à esquerda, contrário ao sentido obrigatório indicado pela placa; iv. ante a incapacidade parcial permanente do recorrente, ser devida pensão vitalícia e indenização por danos morais; v. serem devidos lucros cessantes, uma vez que o demandante suportou redução de sua renda em aproximadamente 50%, além de ter sido reprovado em concurso da polícia militar em razão do acidente.

Recurso recebido no duplo efeito, sem preparo por contar o apelante com os benefícios da assistência judiciária (fls. 474).

Contrarrazões dos demandados (fls. 476/477).

Fls. 480/484vº: Contrarrazões da denunciada.

É o relatório.

Insurge-se o apelante contra sentença que julgou improcedente demanda em que pleiteava indenização por danos morais e materiais advindos de acidente de trânsito, consistente em colisão entre motocicleta por ele dirigida e veículo conduzido por Márcia Aparecida da Silva, preposta da empresa recorrida, que, segundo o alegado pelo demandante, realizou, sem os devidos cuidados, conversão à esquerda, sentido proibido na via em que trafegava.

Segundo alegação da condutora do automóvel, constante de boletim de ocorrência:

[ela] transitava pela Rua Projetada C, a qual é de mão dupla e tencionava adentrar a esquerda, na Rua dos Italianos, e aguardou a passagem de um caminhão que vinha pela Projetada C, em sentido contrário, quando o caminhão passou a autora iniciou a conversão à esquerda, momento em que colidiu com a motocicleta que vinha no mesmo sentido e logo atrás do caminhão. (fls. 22, grifo nosso).

Em versão apresentada pelo demandante em boletim de ocorrência de fls. 24/27 não há menção ao caminhão supracitado:

Eu transitava na Rua Projetada e sentido lixão, momento em que o gol adentrou na minha mão de direção para adentrar a Rua dos Italianos, sendo que eu ainda brequei, mas foi impossível evitar, aí ela colidiu na minha moto e eu fui ao solo.

Questionado em depoimento se havia algum veículo a sua frente, o demandante afirmou que não (fls. 416).

Assim, das versões não há controvérsia em relação ao fato de ter a preposta da empresa demandada realizado conversão à esquerda – de acordo com seu depoimento a via em que trafegava passava a ser mão única (fls. 421). Ausentes provas a corroborar alegação do demandante de que proibida a conversão.

A questão acaba por centrar-se em perscrutar se agiu a condutora, ao realizar a manobra, com a diligência necessária e em respeito ao preconizado pelas regras de trânsito.

Necessário ressaltar que das fotos encartadas aos autos pelo apelante (fls. 105/122) percebe-se intensa movimentação de caminhões nas vias relacionadas ao sinistro em questão. Havendo, segundo se depreende das fotos, em especial as de fls. 105/106, estabelecimento na via que conta com caminhões em sua frota. Percebe-se, ainda, das fotos de fls. 121/122 a presença de caminhões estacionados na via.

Pode-se, pois, ao se considerar verossímil a alegação da condutora de que havia parado para aguardar a passagem de um caminhão, aventar a possibilidade de ele ter impossibilitado que a apelada visualizasse a motocicleta conduzida pelo demandante.

Tal entendimento é corroborado pela afirmação da recorrida em boletim de ocorrência:

Eu transitava pela Rua Projetada com sentido Alemoa

Centro e no sentido oposto vinha um caminhão e ao passar adentrei a Rua dos Italianos colidindo com a moto que não sei da onde ela saiu. (fls. 25, grifo nosso).

Dos depoimentos colhidos, não se consegue dirimir se houve culpa da condutora pelo sinistro em voga, ausente quaisquer provas no sentido de comprovar que a condutora realizou a conversão sem as cautelas de praxe. Tampouco os documentos juntados aos autos esclarecem a questão.

Assim, evidente, após análise das provas produzidas nos autos, mesmo tendo-se em vista o preconizado pelo art. 38 do CTB, que não se desincumbiu o demandante do preconizado pelo art. 333, I, do CPC.

Não se está a negar nexos causal entre as lesões sofridas pelo apelante e o acidente, corroborado por meio de prova documental e pericial (fls. 332/340). Todavia, inexistem nos autos provas a referendar a aduzida culpa da preposta da ré pelo acidente em questão.

Nesse sentido:

RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DE TRÂNSITO - CONVERSÃO À ESQUERDA - ÔNUS DA PROVA - CULPA NÃO DEMONSTRADA - PEDIDO CONTRAPOSTO IMPROCEDENTE. A responsabilidade civil, no sistema jurídico pátrio tem como pressuposto o prejuízo da vítima, o ato culposos do agente e o nexos causal entre o dano e a conduta do agente. A inexistência de comprovação da tríplice concorrência implica no desacolhimento da ação. RECURSOS DESPROVIDOS (0002464-95.2011.8.26.0071, Relator: Antonio Nascimento, Data de Julgamento: 25/07/2012, 26ª Câmara de Direito Privado).

ACIDENTE DE TRÂNSITO. INDENIZAÇÃO. 1. Se a autora não faz prova boa e cabal do fato constitutivo do seu direito a ação improcede. Inteligência do art. 333, I,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

do CPC. 2. A dúvida ou insuficiência de prova quanto a fato constitutivo milita contra a autora. Sentença mantida. Recurso improvido. (0015337-27.2009.8.26.0224, Relator: Felipe Ferreira, Data de Julgamento: 30/03/2011, 26ª Câmara de Direito Privado).

Nego, pois, provimento ao recurso.

**J. PAULO CAMARGO MAGANO**  
**RELATOR**